

Orçamento para 94 deverá sair na sexta-feira

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pretende divulgar o novo orçamento de 1994 sexta-feira, antes de sua viagem a Toronto (Canadá) para a assinatura do acordo da dívida externa. Devem ser feitos cortes na proposta original de orçamento que atingiriam até a conta de juros e de pessoal do governo. A equipe econômica espera economizar no pagamento da dívida interna através do alongamento negociado da dívida (lançamento de títulos públicos com prazos mais longos) e da redução dos juros a partir do segundo semestre de 1994. Para garantir o corte na conta de pessoal, seriam proibidas contratações e protelados os pagamentos de débitos trabalhistas, através de procedimentos legais como a carta precatória.

Embora a equipe considere decisão tomada a redução da despesa com pessoal, Fernando Henrique garante que será mantido o salário real dos funcionários e já foi alertado de que fracassará qualquer tentativa de fazer aprovar no Congresso uma nova lei salarial para o funcionalismo. O que os técnicos argumentam é que, uma vez obtido o ajuste fiscal e lançado o programa de desindexação — a “paulada” na inflação — será possível estabelecer novas regras para os salários, que mantenham o valor pago a cada funcionário em 1993.

Pelos planos da equipe, que já apresentou esses números à missão técnica do FMI que fica no Brasil até terça-feira, o gasto total com os servidores terá de ficar nos mesmos níveis que atingiu este ano, ou seja, em torno de US\$ 21 bilhões. Bem menos que os US\$ 27 bilhões que estavam previstos no orçamento.

Conforme o gabinete do Ministério da Fazenda, alguns números sobre o orçamento variam. Segundo interlocutores do ministro, a redução na conta de juros pode chegar a US\$ 5 bilhões. Um dos principais assessores de Fernando Henrique, porém, diz que o corte é bem menor: vai haver “uma pequena redução no gasto com os juros”.

O novo orçamento incluirá, porém, um valor bilionário que não constava da proposta original: são os US\$ 32 bilhões da dívida externa, que deveria ter sido renegociada em novembro — e, portanto, apareceria no orçamento de 1993 — e teve sua renegociação adiada para o ano que vem. É uma inclusão meramente contábil, que não significa aumento de despesa, mas vai inchar a rubrica destinada à dívida.

Ajuste fiscal ganha reforço esta semana

Além dos cortes que serão feitos no orçamento, o governo deverá anunciar também nos próximos dias novas medidas de ajuste fiscal para conter a inflação, que serão encaminhadas ao Congresso. Nesta semana, as propostas da equipe econômica foram discutidas pelo ministro da Fazenda com os líderes do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), e no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). Fernando Henrique confirmou as propostas de redução do prazo de recolhimento do IPI e do Imposto de Renda e a elevação das alíquotas do IOF. Além disso, o governo pretende reforçar o caixa aumentando a taxa sobre os bancos e sobre o patrimônio das pessoas físicas de alta renda.

A extinção da TR, que soma correção monetária e juros reais, também está nos planos da equipe. O objetivo seria facilitar a tarefa do Banco Central de executar uma política ativa de juros, para conter o consumo e atrair o capital estrangeiro. As aplicações financeiras, incluindo a caderneta de poupança, deverão ser corrigidas, segundo a proposta do governo, pela nova Unidade de Conta (UC), mais juros reais de 6% ao ano. O novo indexador, a UC, será corrigido pela variação cambial que substituirá todos os indexadores oficiais. Ele servirá como correção monetária também dos títulos públicos, das tarifas e preços públicos e de oligopólios, além dos impostos.

De acordo com o cronograma divulgado na sexta-feira pelo negociador da dívida externa, André Lara Resende, e confirmado por Fernando Henrique, o governo primeiro fará o ajuste fiscal, depois criará o novo indexador e, por fim, partirá para a adoção de uma moeda forte lastreada em ouro ou em uma cesta de moedas internacionais.